

REVISTA
PORTUGUESA
de HISTÓRIA

tomo XXXIV



COIMBRA 2000
FACULDADE de LETRAS
da UNIVERSIDADE de COIMBRA
INSTITUTO de HISTÓRIA ECONÓMICA e SOCIAL

O papel da mulher nas lutas académicas coimbrãs dos anos 60*

ELIANA GERSÃO
Centro de Estudos Judiciários

Entrei para Universidade em Outubro de 1958. Tinha acabado de fazer 17 anos. Sou de Coimbra, onde sempre vivi e fiz o ensino secundário no então Liceu Feminino - a actual Escola Secundária Infanta D. Maria -, que era conhecido pela sua rigidez e austeridade e pelo controlo severo que exercia sobre o comportamento das alunas.

No Liceu não trabalhava nenhum homem - professoras, funcionárias de secretaria, contínuas, eram exclusivamente mulheres. Até nas imediações do Liceu era rigorosamente proibida a presença de rapazes ou de qualquer pessoa do sexo masculino, mesmo de simples vendedores

* Intervenção no encontro com o mesmo título organizado pela Arte-Via - Cooperativa Artística e Editorial e pelo Centro de Formação do Sindicato dos Professores da Região Centro, em Coimbra (Casa Municipal da Cultura), a 8 de Março de 2001. Face à liberdade de abordagem do tema deixada pelos organizadores, optámos por apresentar a nossa vivência pessoal no âmbito das lutas dos anos 1961-62.

de gelados. Sair deste ambiente e entrar na Universidade era vivido como uma libertação.

Nas classes médias, era já bem aceite que as raparigas estudassem. Mas os estudos universitários das raparigas aceitavam-se sobretudo porque eram considerados uma maneira de elas ficarem mais bem preparadas para o casamento, ou seja, para compreenderem o marido e educarem os filhos, e não como reconhecimento da sua capacidade intelectual. Aliás, o facto de uma rapariga ser boa aluna tendia a ser desvalorizado socialmente, mesmo no meio estudantil, e frases como “é inteligente demais para mulher”, embora se dissessem com ar de brincadeira, traduziam o que muitos na verdade pensavam.

As raparigas, tendo já uma presença significativa na Universidade, estudavam, na sua maior parte, na Faculdade de Letras, sendo em número muito escasso, por exemplo, na Faculdade de Direito, que eu frequentava. No primeiro ano do curso, nesse ano de 1958-59, não seríamos mais de uma dezena. O panorama da Universidade, em matéria de actividades circum-escolares, era bastante pobre.

A Associação Académica, que funcionava então no Palácio dos Grilos, na Rua da Ilha, tinha uma actividade reduzida e eram poucos os estudantes que a frequentavam. Havia uma presença forte na Universidade dos organismos da Igreja e da “acção católica”: a JUCF para as raparigas, o C ADC para os rapazes e, mais num plano de trabalho social, a conferência de S. Vicente de Paula e a Obra dos Presos, esta ligada ao CADC, e portanto só para rapazes.

Na cidade, a nível cultural, tinham um papel relevante o Clube de Cinema, de que era presidente o Professor Orlando de Carvalho, e sobretudo o Teatro Avenida, da Família Mendes de Abreu, que constituía uma presença muito marcante na história cultural e cívica da cidade e tinha uma programação sempre actualizada em matéria de cinema e teatro. Nas famílias e na Universidade praticamente não se falava de política.

De um modo geral gostava-se pouco do Salazar, mas aceitava-se a situação. As eleições em que o General Humberto Delgado se tinha candidatado à Presidência da República tinham sido em Julho desse ano de 1958 e tinham trazido à tona um grande descontentamento com o regime. Mas, passado o período eleitoral, tudo tinha voltado à modorra habitual. Em Coimbra havia algumas famílias, sobretudo ligadas ao ideário da Primeira República, cujas ideias “de oposição”, como se dizia, eram conhecidas. Mas o seu número contava-se pelos dedos das mãos. A atitude mais generalizada era no sentido de as pessoas não gostarem do Salazar mas aceitarem a situação e calarem-se porque tinham medo.

Mesmo entre os estudantes, nesse ano de 1958-59 em que entrei para a Universidade, pouco se falava de política. Mal me recordo das eleições para a Direcção-Geral da AAC desse ano, ganhas, penso que sem surpresa nem sobressaltos, pela lista que continuava a linha conservadora e situacionista. O ano seguinte (1959-60, o meu segundo ano de Faculdade), decorreu quase até ao fim num ambiente relativamente momo.

Lembro-me de que comecei a frequentar mais as actividades da Associação Académica, sobretudo as culturais, do Círculo de Artes Plásticas ou do Centro de Estudos Cinematográficos, comecei a aparecer pelo CITAC e a ajudar a fazer a *Via Latina*. Talvez por isso - e porque eram poucas as raparigas que frequentavam a Associação Académica -, fui eleita nos fins do ano lectivo para o chamado “Conselho Feminino” da AAC, um órgão composto por uma estudante eleita por cada uma das cinco Faculdades então existentes, que tinha como função representar as raparigas e organizar algumas actividades que lhes eram especificamente destinadas.

Fui também escolhida para Presidente da JUCF da Faculdade de Direito. Possivelmente na sequência destas escolhas, fui convidada pela Direcção-Geral da AAC para integrar a lista por ela proposta para a Direcção do ano seguinte.

Acho que aceitei sem me pôr grandes problemas quanto à orientação ideológica ou política da lista. Nessa altura, e na Universidade e na sociedade fechadas e despolitizadas de então, as palavras “direita” e “esquerda”, “reaccionários” e “progressistas”, que no ano seguinte se tomariam palavras-chave, tinham para mim ainda pouco sentido. Era no âmbito dessa lista em que me convidavam a participar que se moviam as pessoas que eu conhecia, aquelas que até então tinham constituído o meu círculo de amigos e de relações sociais e familiares. O resto era um mundo estranho e nebuloso, sem rostos familiares, sem referências, quase intimidante.

Quando as eleições para a Direcção-Geral da Associação Académica, que tiveram lugar nesse mês de Maio de 1960, deram a vitória a uma outra lista, apresentada pelo Conselho de Repúblicas e que propunha para Presidente o Carlos Candal, foi uma surpresa total - para mim, decerto, mas creio que para a maior parte da Academia.

Essa nova Direcção, que entrou em funções em Outubro de 1960, deu uma enorme dinamização à vida associativa, que começou a movimentar um muito maior número de estudantes. Foram criadas novas sessões na Associação e organizadas numerosíssimas actividades. No aspecto cultural, nomeadamente, o panorama universitário, até então de uma grande pobreza, mudou radicalmente, com uma enorme frequência de actividades de diversa ordem (conferências, exposições, ciclos de cinema e de teatro), que eram muito concorridas. Os auditórios e os teatros esgotavam com frequência.

O Conselho Feminino, para o qual eu tinha sido eleita, era até então um órgão apagado e irrelevante, limitando-se a organizar algumas das actividades tradicionalmente femininas, por exemplo, cursos de decoração ou de culinária. Tanto assim que o espaço que lhe estava disponibilizado era a cozinha da AAC...

Nós também começámos por organizar essas actividades, embora

tentando inovar. Assim, levámos a efeito um curso de decoração, um outro de ginástica feminina e ainda um terceiro que teve o estranho nome de “puericultura pré e pós-natal”. Este último curso, que esteve a cargo do médico Dr. Assis Pacheco, pretendia sobretudo dar às raparigas alguma informação em matéria sexual. Como isso era um tema absolutamente tabu, que nunca poderia ser apresentado como tal, incluí-lo num curso de “puericultura” foi o subterfúgio que encontramos.

Estas actividades tinham pouca frequência e de um modo geral a participação da rapariga na vida associativa e na generalidade das actividades da AAC, inclusivamente culturais, era muito reduzida.

Foi por isso que o Conselho Feminino considerou como prioritário desenvolver e intensificar a participação das raparigas na vida associativa. Admitindo que isso fosse causado pelo facto de estas, em princípio, não poderem sair à noite - o que era uma norma social generalizada, imposta, mais ou menos em termos idênticos, pelas famílias, pelas pessoas que alugavam quartos a raparigas e pelos lares - fui aos lares com o Carlos Candal em diversas ocasiões em que se realizavam actividades culturais ou associativas importantes, pedir às freirás que autorizassem as estudantes a saírem à noite para nelas participarem.

Essa escassa participação na vida associativa só em parte era devida às restrições de saídas à noite impostas às raparigas. O seu alheamento era também, e mesmo sobretudo, devido a bloqueamentos de natureza cultural, sobretudo à imagem da mulher ainda reinante, que lhe exigia um certo recato e uma não exposição excessiva. Nesse tempo, o mundo ainda só era “a casa do homem”, sendo a casa “o mundo da mulher”. Uma rapariga que se expusesse demasiado corria o risco de ser considerada “leviana” ou de “ganhar má fama”, epítetos discriminatórios, que a podiam impedir de arranjar um namoro “a sério”, “para casar”. E não casar, ficar “solteirona”, ou ficar “para tia”, como se dizia, era quase vexatório na sociedade de então.

Apesar destes condicionalismos, as raparigas começaram a “furar o bloqueio” imposto pelas normas sociais e a sua presença nos espaços públicos - bares das Faculdades, cafés, espectáculos - começou a ser mais visível. Para muitas, isto foi conseguido à custa de conflitos com a família ou com “as donas” das casas onde viviam e qualquer avanço na conquista de um espaço de liberdade tinha um preço elevado.

A nova Direcção-Geral da AAC, cuja eleição causara surpresa, ganhou rapidamente a confiança e o apoio da generalidade dos estudantes e o ambiente estudantil começou a mudar profundamente. Era como se a vida até então tivesse estado tapada por uma cortina que se tinha rasgado. Foi por essa altura que os termos “progressistas” e “reaccionários” começaram a tomar sentido nas nossas cabeças e a entrar no nosso vocabulário. “Progressistas” passámos então a ser quase todos; “reaccionário” era um pequeno grupo, de cuja existência até nos esquecemos durante algum tempo.

Pessoalmente vivi esses meses num deslumbramento. Era como um segundo nascimento num mundo diferente que até então me tinha sido ocultado, onde fazia novos amigos, encontrava novas afinidades, estabelecia novos laços. As coisas começaram a complicar-se em Fevereiro, quebrando o clima de quase encantamento em que se vivia.

Claro que os “guardiões do regime” não dormiam e, como não lhes agradava nada o sucesso de uma direcção académica “de esquerda”, tinham de atacar. E fizeram-no precisamente armadilhando a conquista pelas raparigas de um espaço de liberdade.

Na sequência da realização em Coimbra, em 4 e 5 de Fevereiro, do “I Fim de Semana de Convívio Inter-Academias”, apareceram afixados pela cidade panfletos anónimos insinuando que nas Repúblicas teriam sido cometidas muitas “imoralidades” e que as raparigas visitantes, de Lisboa e Porto, aí teriam passado a noite. Espalhou-se uma onda de boatos sobre o dito “comportamento imoral” das raparigas nesse fim de semana de

convívio. A AAC e os organismos de Lisboa e do Porto que tinham estado na base da sua organização fizeram “comunicados” desmentindo de modo veemente esses factos. O “comunicado” - uma folha volante distribuída directamente pelos estudantes - era o meio mais fácil, rápido e livre de transmissão de informações e começou nessa altura a assumir o papel central que viria a desempenhar ao longo da crise.

O Conselho Feminino tomou expressamente uma atitude de protesto e de repúdio dos panfletos e de apoio à Direcção-Geral da AAC, garantindo que continuaria a promover por todos os meios a presença feminina na vida associativa, “frustrando os desígnios dos caluniadores”.

Em 24 de Fevereiro, reuniu-se uma Assembleia Magna de apoio à Direcção da AAC, que reuniu muitas centenas de estudantes. A Assembleia Magna passou a ser, a par com os comunicados, o meio de transmissão de informações entre os estudantes. A Assembleia de 24 de Fevereiro foi, creio eu, a primeira de uma série de Assembleias Magnas, que se efectuaram em Fevereiro e Março ao longo da noite no pátio da AAC, e passaram a reunir, em regra, mais de um milhar de estudantes.

Nesta Assembleia Magna foi proposto que a assembleia manifestasse a sua alegria pelo “progressivo interesse por todas as iniciativas académicas que cada vez se vai processando entre as nossas colegas” e desse ao Conselho Feminino um voto de louvor por essa atitude. Este voto foi aprovado por aclamação¹.

A reacção conservadora não tardaria a surgir. Um grupo de universitárias convocou para 15 de Março uma Assembleia Geral de Universitárias (a primeira e creio que a única na vida associativa), com o fim de “apreciação da atitude do Conselho Feminino”. Na base da convocação desta Assembleia estiveram os lares católicos que se movimentaram no sentido de aí conseguirem a presença de centenas de raparigas. Foram

Comunicado “*Memorandum*”.

muito menos as universitárias dos sectores mais progressistas que compareceram e só duas ou três ousaram dar a cara em defesa do Conselho Feminino (lembro a Judite Cortesão e a Maria José Lobo Femandes).

Isto mostrava que o movimento no sentido da emancipação das raparigas era ainda muito frágil e que grandes perturbações estavam ainda para vir. O próprio Conselho Feminino estava na altura fracturado, sendo a atitude de apoio à Direcção-Geral da AAC assumida por mim e pela representante de Letras, a Glória Padrão; das representantes das três outras faculdades, uma inseria-se no sector católico conservador e as outras duas assumiram atitudes discretas e pouco afirmativas.

A Assembleia transformou-se no julgamento da “colega Eliana” - que como Presidente tinha maior visibilidade - e no final foi aprovado, por grande maioria, um voto de censura ao Conselho Feminino “pela maneira independente como estava actuando”.

A Direcção-Geral da AAC respondeu taca-a-taco, aprovando pouco depois, em reunião extraordinária, um voto de louvor ao Conselho Feminino pelo impulso que tinha dado à integração da universitária na vida associativa². Os dados estavam na mesa e restava aguardar o seguimento dos acontecimentos, que não se fez esperar.

Logo a seguir, surgiram em jornais de direita artigos de primeira página alertando os pais e as mães para o “cancro de imoralidade que sob a capa de convívio ameaça subverter a saúde moral das universitárias” (*A Voz*, de 17 de Março).

Surgiram também as primeiras insinuações de que, ocultamente, eram os comunistas que orientavam o movimento estudantil, escrevendo por exemplo o jornal *A Voz* (ainda a 17 de Março) que o termo convívio significava “a penetração entre a juventude do ideário comunista, no

² Publicado na *Via Latina* de 8 de Maio.

sentido de a subverter e aliciar aos seus ideais”.

Insidiosamente levou-se às famílias um clima de medo em que se jogava com os “papões” da época, que eram “os comunistas” e, no tocante às raparigas, a moralidade e os bons costumes. O meu caso pessoal pode ser apresentado como um exemplo do clima de intimidação da época.

A hierarquia católica convocou-me - eu continuava a ser Presidente da JUCF da Faculdade de Direito - para, após um preâmbulo exprimindo a preocupação com as atitudes que eu vinha assumindo, me comunicar formalmente que eu tinha que optar: “ou nós ou eles”. “Eles” eram o que chamavam “os comunistas”. Eu disse que essa opção estava errada mas que, se me punham assim a questão, eu optava por “eles”. Então intimaram-me a abandonar a JUCF.

A minha família foi objecto de censura social e de marginalização. Quando se tomou claro que as minhas opções estavam feitas, e que não tinham resultado os múltiplos telefonemas que pessoas de famílias conhecidas ou influentes na cidade fizeram para os meus pais alertando para “os perigos” que eu corria, para as “más companhias” com que andava, ou lamentando que eu, como diziam, “me estivesse a perder”, famílias nossas conhecidas de longa data deixaram, pura e simplesmente, de nos falar.

Foi neste clima tenso, em que se pagava um preço alto pela procura da identidade pessoal e pelo desejo de querer encontrar o seu próprio caminho, que, a 19 de Abril, saiu na *Via Latina*, órgão da AAC, a “Carta a uma Jovem Portuguesa”.

A carta falava no “mundo da sombra e da repressão” em que as jovens viviam e, por detrás de uma linguagem imagética e até romântica, aludia à sua falta de liberdade, nomeadamente no aspecto sexual. A análise que fazia da situação social da época até era correcta, mas a liberdade sexual constituía na altura um assunto que ainda não tinha sido trazido, nem podia ser trazido, para a arena pública. A liberdade sexual das raparigas



- fosse o que fosse que se pudesse entender por esse conceito, nesse longínquo ano de 1961 - não constituía uma questão na agenda do movimento estudantil, nem era sequer um tema consensual entre os jovens.

Foi por isso que a carta causou uma enorme perplexidade e suscitou fortíssimas reacções, expressas em comunicados e contra-comunicados. As reacções mais violentas contra a carta vieram, como seria de esperar, dos sectores ligados aos lares femininos e às organizações católicas, que vieram reavivar os fantasmas da “desmoralização” e da “subversão moral” da juventude, sob influência do que se apelidava de “ideias marxistas-leninistas”³.

Mas, precisamente porque a carta, a meu ver, surgiu fora do contexto das lutas estudantis de então - ou talvez tenha tido razão antes do tempo -, ninguém ousou sair abertamente em favor das ideias nela expressas. Aqueles que enfrentaram publicamente a reacção dos sectores mais conservadores, assinando comunicados ou escrevendo na *Via Latina* artigos de opinião⁴, argumentaram sobretudo com o facto de a *Via Latina* dever dar guarida a todas as opiniões dos estudantes “dada a neutralidade política e religiosa das associações académicas” e reagiram contra a responsabilização da Direcção-Geral da AAC ou da Direcção do jornal pela publicação⁵, acrescentando em regra ao texto uma prudente afirmação de que também não concordavam com o conteúdo da carta...

As opiniões foram um pouco mais soltas nas Assembleias Magnas⁶, onde algumas raparigas (sem responsabilidades, note-se, no movimento associativo) ousaram defender o “amor livre”, enquanto estudantes

³ “Comunicado das raparigas universitárias” e comunicado “Frente a frente”.

⁴ Número de 8 de Maio de 1961.

⁵ Comunicado «Protesto», decidido na Assembleia Magna de 1 de Maio.

⁶ Nomeadamente na Assembleia de 1 de Maio.

católicos conservadores clamavam (entre risos e assobios da assembleia) contra as imoralidades que se verificavam no Jardim Botânico...

O Conselho Feminino não podia deixar de se pronunciar sobre a carta, o que era muito difícil no contexto em que se vivia, sobretudo tendo em conta as anteriores peripécias no relacionamento com as raparigas.

Não é por isso de estranhar que tenha elaborado um comunicado ambíguo⁷, em que, certamente para não ser definitivamente ostracizado pelos sectores femininos de direita, invoca repetidamente ideias como “axiologia”, “dignidade da mulher”, “necessidade de desenvolvimento harmónico da pessoa humana” e alude de modo expresso ao “papel específico da mulher perante a sociedade”, mas conclui, usando a estratégia dos sectores de esquerda, afirmando “a necessidade de respeito por qualquer posição conscientemente assumida e honestamente defendida”⁸.

A minha família andava em pânico. Eu pouco parava em casa, onde só ia dormir e engolir à pressa o almoço e o jantar, passando os dias na Associação Académica. As Assembleias Magnas duravam pela noite fora - lembrarei sempre o dia em que entrei em casa de madrugada, depois de uma assembleia que terminou às 6 da manhã, e encontrei os meus pais levantados, extremamente assustados, depois de terem passado a noite sem dormir à minha espera.

Era sobretudo o envolvimento político que aterrorizava os meus pais e as consequências que dele podiam advir para o meu futuro, sobretudo a impossibilidade de vir a conseguir um emprego. A minha família tinha sido muito marcada pelas expulsões da Universidade, por razões políticas,

⁷ Publicado na primeira página da *Via Latina* de 8 de Maio de 1961.

⁸ As mesmas ideias foram expressas na entrevista “A universitária e a vida associativa”, dada pela Glória Padrão e por mim própria à *Via Latina* (de 8 de Maio de 1961).

dos Professores Mário Silva e, sobretudo, Aurélio Quintanilha, do qual os meus pais tinham sido alunos e por quem tinham uma enorme admiração. Diziam-me quase constantemente, por esta época: “Tu pára! Olha o que aconteceu ao Professor Quintanilha”.

Neste ambiente de tensão permanente, e sob grande pressão familiar, acabei, depois de um processo de decisão penoso, por não aceitar o convite que me foi dirigido para fazer parte da lista que a Direcção-Geral da AAC iria propor para a Direcção do ano seguinte. Integrou a lista a Margarida Lucas, que se tinha distinguido na Direcção do TEUC, mas que era dum curso seguinte ao meu, pelo que, na ordem natural das coisas, só deveria participar na lista do ano seguinte.

As eleições tiveram lugar a 9 de Maio e deram a vitória, como era de esperar, à lista candidatada pela Direcção-Geral da AAC cessante. Festejámos o resultado com o entusiasmo e a euforia próprios da idade. O clima de suspeições e de comentários malévolos continuava. Num panfleto anónimo, posto a circular logo após as eleições, escrevia-se “algumas colegas no dia das eleições distribuíram abraços em profusão. Depois vieram dizer que a “axiologia” continuava a mesma. Não era preciso anunciar. Nós já sabíamos da entrevista”, o que era obviamente dirigido aos dois membros do conselho feminino que tinham abertamente apoiado a lista vencedora, ou seja, a Glória Padrão e eu.

Mas nesta altura, estes e outros comentários malévolos já pouco me afectavam, porque as minhas escolhas estavam feitas. No ano seguinte, 1961-62, continuei a trabalhar na AAC e a participar nas lutas estudantis, mas sem estar no centro do turbilhão, como no ano anterior. Fiz parte da Direcção da *Via Latina* (com o Avelãs Nunes e o José Carlos de Vasconcelos), cuja publicação foi suspensa pela PIDE no final do ano lectivo, e dediquei-me muito a sério ao CITAC, onde o Luís de Lima, obrigando-nos a um horário quase de profissionais, nos permitiu apresentar um “Tartufo” que foi considerado um dos mais importantes

espectáculos de teatro universitário.

Particpei também nas lutas estudantis de Abril-Maio. Nesse ano, não estava já em discussão a participação das raparigas na vida associativa nem se trouxeram para o espaço público as questões da “moralidade” feminina⁹. Foi a proibição do Dia do Estudante, que deveria realizar-se em Lisboa, emblemática da privação das liberdades cívicas mais elementares, que movimentou os estudantes.

Como centenas de outros jovens, fiz o luto académico, votei a não realização da Queima das Fitas, participei na marcha nocturna silenciosa da Universidade para o Governo Civil - que a polícia interceptou antes que tivesse sequer atingido a Praça da República; abandonei a sala de aula quando a “cabra” começou a tocar a rebate, numa manhã de Maio, pedindo o apoio dos estudantes para os colegas que se encontravam barricados na sede da AAC, que a polícia de choque estava em vias de ocupar; corri para as Assembleias Magnas, na AAC ou no Parque de Santa Cruz, quando a Associação foi encerrada pela polícia, onde apoiávamos os colegas presos e trocávamos solidariedade com a luta dos estudantes de Lisboa, sobretudo quando aparecia o Secretário-Geral da RIA, um rapaz ruivo chamado Jorge Sampaio...

Apesar desse envolvimento e do dramatismo de alguns dos momentos da crise académica, o ano de 1962 foi para mim, a nível pessoal, bastante mais sereno do que o anterior. As feridas resultantes das rupturas e opções difíceis do ano anterior, se não estavam cicatrizadas, tinham pelo menos ganhado crosta e a minha família acabou por se ir conformando com as minhas escolhas. Além disso, as estruturas académicas e a grande solidariedade e companheirismo que havia no âmbito do movimento estudantil - era como se nós todos, de mãos dadas, constituíssemos os elos de uma grande cadeia, que quebraria se algum soltasse as mãos -

⁹ O Conselho Feminino perdeu, aliás, visibilidade.

serviram-me de ambiente protector.

Para mim, nesse ano, e também no ano seguinte - em que acabei o curso e parti logo de seguida para Berlim, com uma bolsa de estudo concedida pela então RFA-, foi sobretudo o CITAC, que funcionava em condições materiais difíceis, num subterrâneo térreo por baixo da Faculdade de Direito, que passou a constituir como que a minha segunda casa e a minha segunda família. Foi uma escola privilegiada de vida, um espaço onde me foi possível desenvolver a minha própria personalidade, ser livre e autêntica, encontrar solidariedades e cumplicidades.

Os espaços da AAC, como o CITAC, protegeram os estudantes da minha geração do clima opressivo da sociedade de então, permitiram-lhes crescer, tomarem-se gente, conhecer a amizade e o companheirismo, criar laços que perduraram para toda a vida. Ensinaram-lhes, numa palavra, a viver em liberdade.